
RESENHA DO LIVRO “ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA E SUA APLICAÇÃO AOS BENS DIGITAIS”, DE JOSÉ LUIZ DE MOURA FALEIROS JÚNIOR (2024)

REVIEW OF THE BOOK “ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA E SUA APLICAÇÃO AOS BENS DIGITAIS”, BY JOSÉ LUIZ DE MOURA FALEIROS JÚNIOR (2024)

Fernanda Schaefer Rivabem *

1. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura. **Enriquecimento sem causa e sua aplicação aos bens digitais**. Indaiatuba: Foco, 2024.

2. SOBRE A(O) AUTOR(A)

Doutor em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Doutorando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais José de Moura Faleiros Júnior foi apresentado no Prefácio da obra assinado por seu orientador do Doutorado Dr. Eduardo Tomasevicius Filho, que assim o define “com seu carisma, simpatia e educação, ele é conhecido por todos nós! Mais do que isso, é amigo de todos nós! Em vez de isolar-se ou conviver com um pequeno grupo, ele prefere abrir portas, janelas, corredores, construir pontes e pavimentar estradas não apenas em sua direção, mas entre centenas de pesquisadores no Brasil e no exterior na área do direito digital”.

A descrição é precisa. Faleiros Júnior é daqueles pesquisadores sagazes e inquietos, mas que faz questão de compartilhar conhecimento, de provocar novas reflexões, de buscar

* Pós-Doutora pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Bioética da PUC-PR, bolsista CAPES. Graduiu-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, campus Curitiba, em 2000. Especializou-se em Direito Processual Civil pela mesma instituição em 2003. Foi bolsista CAPES no Mestrado em Direito Econômico e Social da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, curso que concluiu em março de 2005. Doutora em Direito das Relações Sociais na Universidade Federal do Paraná, curso em que realizou Doutorado Sanduíche nas Universidades do País Basco e Universidade de Deusto (Espanha) como bolsista CAPES. Membro e Diretora de Publicações do Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil (IBERC) e do Instituto Miguel Kfoury Neto (IMKN). Membro do Grupo de Pesquisa Inovação, Direito e Novas Tecnologias do Ministério Público do Paraná (2024). Coordenadora do Curso de Pós-graduação em Direito Médico e da Saúde da PUC-PR. Assessora Jurídica do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção à Saúde Pública MPPR. Autora de obras e artigos sobre responsabilidade médica, Bioética e Biodireito. E-mail: schaeferfernanda@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5508-1720>

respostas. A sua produção nos últimos anos não só é invejável, como o coloca, certamente, na nova geração de juristas brasileiros que tem como uma das principais características o domínio inter e multidisciplinar aprofundado dos temas sobre os quais se debruça. A obra reflete sua autoridade intelectual, representando o resultado equilibrado e técnico próprios de suas pesquisas e que conduzem o leitor a buscar algo além do conhecimento posto.

3. RESENHA

A obra “Enriquecimento sem Causa e sua Aplicação aos Bens Digitais”, escrita por José Luiz de Moura Faleiros Júnior, é o resultado de sua tese de Doutorado, defendido na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 2024 e propõe, nas palavras do próprio autor, “uma releitura do enriquecimento sem causa, com base na categorização dos bens digitais”.

Se não bastasse partir de um tema pouco explorado pela doutrina brasileira (enriquecimento sem causa), o autor propõe a sua releitura a partir de outro assunto pouco conhecido do Direito brasileiro (bens digitais). A hipótese inicialmente explorada é de que os pressupostos estabelecidos para o enriquecimento sem causa são insuficientes para a tutela do locupletamento auferido a partir de bens digitais (em especial daqueles bens denominados mistos, compostos por aspectos patrimoniais e existenciais).

Para responder o problema de pesquisa proposto, o autor divide sua obra em três capítulos, organizados de forma a permitir que o leitor entenda o percurso a ser trilhado. O caminho já se inicia com um capítulo cujo título em si já explica o desafio a ser explorado: “o enriquecimento sem causa, o pagamento indevido e a lucratividade em contraste com o direito de danos”.

O enriquecimento sem causa não tem enquadramento dogmático preciso no Brasil e, ao longo dos anos, seu papel foi sendo diminuído na avaliação das condutas ilícitas. Uma das importantes consequências resultantes desse cenário é de que a obtenção de lucro acabou tendo sua análise relegada aos pressupostos da responsabilidade civil. O resultado dessa construção acabou levando o foco da questão apenas para o agente que realiza a conduta ilícita impedindo o lucro de outrem, não se propondo soluções razoáveis para aquele que pratica conduta ilícita para obter lucro (lucro da intervenção¹), pois, segundo o autor, a base fática dos lucros cessantes não seria adequada à espécie.

Para essas situações, deve-se deslocar o olhar dos “danos infligidos à vítima”, para agora se avaliar elementos obrigacionais restitutórios que têm como base a avaliação de comportamentos do ofensor e os respectivos benefícios indevidamente auferidos e que estão

¹ Segundo o autor, “quando se trabalha com o lucro da intervenção, os ganhos ilícitos passam a ser trabalhados como um gênero multifacetado (não unitário), pois oferecem soluções remediais mais específicas e amoldáveis às diversas particularidades concretas que o enriquecimento sem causa não contempla”, o que acaba por permitir a aproximação com a responsabilidade civil (p. XXII).

muito além dos pressupostos clássicos da responsabilidade civil. A proposta do autor, então, é conduzir a análise do problema a partir das noções do lucro da intervenção, cujos requisitos não estão ainda bem estabelecidos na doutrina brasileira. Para tanto, propõe a criação de uma estrutura unificada capaz de assegurar ao lucro da intervenção o trato como instituto jurídico autônomo.

Uma das primeiras conclusões apresentadas na obra é de que o embate doutrinário sobre a autonomia do enriquecimento sem causa ou sua aproximação à responsabilidade civil perde o sentido diante das complexidades técnicas e jurídicas da evolução tecnológica, em especial, dos bens digitais que permitem a exploração patrimonial alheia de formas bem diferentes daquelas tradicionalmente conhecidas da propriedade em geral. Daí, porque, seria necessário ajustar o lucro da intervenção para lhe dar guarida própria. Já a responsabilidade civil deveria incorporar a dimensão preventiva (*accountability*) para evitar danos futuros, promover segurança e mitigar danos, estabelecendo relações mais estreitas entre o instituto e os diferentes atores sociais.

O segundo capítulo, intitulado “bens digitais, datificação ubíqua, algoritmos e gestão automatizada de ilícitos por tecnologias digitais emergentes”, faz a ponte entre o Direito e conceitos que a tecnologia apresenta e que poucos são capazes de traduzir em palavras compreensíveis para o operador do Direito, como o faz Faleiros Júnior.

Para o autor, para compreender a proposta da obra é preciso entender a natureza *sui generis* dos conjuntos de dados, sua fungibilidade e replicabilidade, para a formação de bens² digitais, bem como, “a complexidade da dinâmica plurissubjetiva que envolve interventor, vítima e provedor de aplicação nas plataformas digitais”. É nesse cenário de desafiadoras complexidades, que se busca a proteção da privacidade e outros direitos dos usuários sobre o conjunto de dados capazes de conduzir à formação de projeções datificadas da pessoa, evitando que sejam indevidamente usurpados e explorados para obtenção de lucro. E é nas diferentes funções da responsabilidade civil (para além da compensatória) que o autor vai buscar as alternativas possíveis para abordar o enriquecimento sem causa no mundo digital.

O capítulo revela a segunda grande conclusão da obra que se apresenta na seguinte assertiva: “a plurissubjetividade das relações intermediadas por provedores de aplicativos, a natureza singular dos bens alheios explorados (principalmente compostos por dados) e a impossibilidade de discernir uma justa causa devido a processos decisórios automatizados”, impõem desafios transdisciplinares significativos à aplicabilidade do enriquecimento sem causa e do lucro da intervenção, exigindo a ressignificação de suas bases teóricas e o refinamento de

² Segundo o autor, “a natureza *sui generis* dos conjuntos de dados, sua fungibilidade e replicabilidade propiciam a formação de bens digitais, que podem ter as seguintes naturezas: (i) estritamente patrimoniais; (ii) existenciais, como decorrência de projeções da personalidade a partir de dados pessoais na Internet; (iii) mista, para situações em que haja tanto uma faceta patrimonial propriamente dita quanto uma dimensão existencial. Além disso, não se pode deixar de considerar a complexidades dos chamados bens digitais híbridos, que envolvem um objeto material tangível (como um *gadget* ou *wearable*) e a própria experiência virtual, que envolve a coleta de dados e portanto, uma dimensão intangível” (p. 186-187).

instrumentos que assegurem transparência e *accountability* por parte dos provedores de aplicação, que devem garantir direitos (de diferentes naturezas) dos usuários, conscientização e educação sobre direitos autorais e uso adequado dos conteúdos e incentivar a criação de políticas de uso justo (*fair use*).

É no terceiro capítulo, denominado “bens digitais mistos e a consolidação de nova posição dogmática para o locupletamento”, que o autor expõe sua tese e propõe as soluções possíveis ao problema inicialmente apresentado.

Definindo *tokens* como “ativos digitais adquiríveis, negociáveis e utilizáveis de maneira descentralizada e global”, com grande potencial de enriquecimento, o autor sugere uma adaptação das abordagens tradicionais do enriquecimento sem causa em razão da volatilidade e imprevisibilidade da valorização de tais bens.

Uma das abordagens apresentadas no capítulo é tratar a questão a partir das noções de *answerability* e explicabilidade. As interações entre os diversos usuários do sistema (provedor de serviço, consumidor, algoritmos, sistemas automatizados, etc.), que se influenciam reciprocamente, exige da responsabilidade civil análises mais dinâmicas que tragam para os desenvolvedores dos sistemas deveres como o de justificar suas decisões e ações diante dos danos resultantes dos comandos programados. Nesse cenário, a discussão sobre o enriquecimento ilícito extrapolará, também, a própria noção tradicional de lucro, que deverá abarcar as diferentes manifestações de ganhos, que nesse universo nem sempre serão traduzidas de forma monetária.

É na *accountability* que o autor encontra as respostas para a responsabilização dos agentes por locupletamento ilícito de bens digitais, porque nessa estariam também incluídas medidas que permitem identificar e gerir direitos autorais, proteger dados pessoais e promover políticas de uso justo (*fair use*). Extrapolando a visão tradicional da responsabilidade civil como mecanismo de reparação de danos, a obra busca apresentar o instituto também como um importante instrumento regulador das atividades que impactam nas relações individuais e coletivas.

A resenha aqui apresentada não pretende ser um resumo da obra, porque isso certamente aborreceria o leitor. O que se pretendeu foi destacar a importância do trabalho para as atuais discussões, convidando o leitor a realizar uma leitura crítica e reflexiva sobre os conceitos e propostas trazidos pelo autor. É de trabalhos assim, que transitam com naturalidade entre diversas ciências, que o operador do Direito precisa para encarar as transformações sociais e seus desafios, que antes partes de um futuro distante, agora já se apresentam no presente cotidiano.